

**PREGÃO N.º 39/2021**

**DECISÃO DO PREGOEIRO.**

**PROCESSO SEI Nº - 0011572-30.2021.6.05.8000**

**UNIDADE DEMANDANTE: SGP-SEDAS**

**ASSUNTO:** Análise da IMPUGNAÇÃO ao Edital interposta pela empresa **QUALIMEDICAL EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**, CNPJ: 08.149.739/0001-71, cujo objeto é a contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

**RELATÓRIO**

O Edital do Pregão n.º39/2021, cujo objeto é a contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

Em 09 de dezembro de 2021, a empresa **QUALIMEDICAL EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**, CNPJ: 08.149.739/0001-71, apresentou Impugnação ao Edital do Pregão n.º 39/2021, doc. SEI Nº1796025, insurgindo-se contra a condição 11.1.7. do edital – Qualificação Técnica, alínea a) A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviço de manutenção em equipamentos odontológicos

**I – DAS PRELIMINARES**

Impugnação aos termos do Edital interposta pela empresa impugnante supramencionada, em 09 de dezembro de 2021, **por** meio do seu representante legal, através dos meios regularmente previstos, devidamente qualificada na peça inicial, em face das exigências constantes no Edital do processo em epígrafe, com fundamento da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto 10.024/2019, subsidiado pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores

Conforme a legislação pertinente e na forma dos itens 20.1, 20.3 e 20.4 e 20.5 do Edital, considerada a impugnação TEMPESTIVA, e por ser legal, examinei o mérito, o que importa em conhecê-la e, nos termos da condição 20.5. do edital, manifestar-se acerca da impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data em que recebê-la, encaminhando-a, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão, bem como publicá-la no site do Comprasnet.

**II – DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

Em apertada síntese, a empresa IMPUGNANTE em tela apresenta contestação alegando o que se segue:

Diante disso, a empresa **QUALIMEDICAL EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**, CNPJ: 08.149.739/0001-71, ora Impugnante, ressalta que como é relacionado no Anexo I- do Termo de Referência- 3. DAS ESPECIFICAÇÕES:

09	Aparelho de Raio X	Dabi-Atlante	Spectrum 70X	007.336
----	--------------------	--------------	--------------	---------

Entretanto, conforme a **NORMA DE FISCALIZAÇÃO 01/96**, emitida pela **CREA-BA**, estabelece critérios e parâmetros para atividades de manutenção de equipamentos eletrônicos da área de saúde, relata diversas considerações sobre a utilização dos equipamentos de raios-X, citando, dentre outras considerações:

“considerando os riscos advindos aos pacientes, operadores e terceiros no caso de erro de projeto ou falha técnica

na instalação, operação e **manutenção de equipamentos de emitem radiação ionizante;**

Considerando a necessidade de **se estabelecer critérios e parametros para a fiscalização das atividades de projeto, instalação e manutenção de equipamentos eletroeletronicos da rea de saúde;**

considerando a necessidade de se disciplinar o registro de pessoas físicas e jurídicas que se dedicam a essas atividades;

considerando que o exercício dessas atividades é da competencia de profissionais da área da **ENGENHARIA ELÉTRICA.**

Em sua resignação, o impunante alegou ainda que: a **NORMA DE FISCALIZAÇÃO 01/96**, emitida pelo CREA-BA, adotou também os **PARÂMETROS E PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA FISCALIZAÇÃO** para classificação de diversos grupos de equipamentos, dentre eles os que utilizam radiação ionizantes, **sendo esta atividade a ser executada especificadamente por profissionias em empresas devidamente registradas nos CREAS e sob responsabilidade técnica de Engenheiros Eletricistas.**

Assim, arremata, em conclusão, o impugnante em comento: “Vale destacar que, em qualquer área profissional, estar devidmanete registrado no seu conselho garante confiança e credibilidade tanto para a sociedade como para o profissional. O registro em si não constitui apenas um aval para o profissional desempenhar suas funções, mas representa, acima de tudo, a proteção da sociedade dos maus profissionais, de pessoas sem formação exercendo a profissão, dos riscos que envolvem a ausência de fiscalização e de tantos outros fatores que comprometerm a qualidade e a confiança dos serviços prestados.

Ao final, requer:

Que **sejam modificadas as exigências da condição 11.1.7. do Edital - Qualificação Técnica - para passar a exigir registro ou inscrição na entidade** profissional competente, qual seja CREA- Conselho Regional de Engenharia, bem como, a comprovação de aptidão através de atestados devidamente averbados pelo citado CREA, acompanhado das CATs (Certidão de Acervo Técnico).

É o relatório.

### **III-DO DIREITO**

A Lei de Licitações regulamentou o tema estabelecendo que a qualificação técnica PODERÁ ser exigida do licitante para comprovar tanto a capacidade técnico-profissional (do responsável técnico) ou técnico-operacional (da empresa), dispondo no art. 30 rol taxativo de documentos a serem utilizados, caso o órgão assim decida:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e,

quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

”Não há obrigatoriedade de se relacionar em todos os editais todos os documentos estipulados no art. 30 da Lei 8.666/93. Mas, quando for o caso de exigir, o edital deverá restringir-se à documentação listada no art. 30 (taxativo). A Lei previu o máximo que pode ser exigido e o edital deve ater-se ao estritamente necessário para se assegurar de que o licitante possui condições de executar o objeto, sob pena de violar os princípios licitatórios.

#### IV – DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Cumpre dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório estão em perfeitas harmonia e consonância com o que manda a lei, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência.

Partindo do entendimento de que a Administração deve atuar primando não somente pela Legalidade, como também pela celeridade em todos os seus cometimentos, neles incluídos os processos licitatórios.

Analizando as alegações da empresa **QUALIMEDICAL EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA**, CNPJ: 08.149.739/0001-71, passamos ao mérito do julgamento.

Quanto à Impugnação apresentada pela empresa em comento, JULGO PROCEDENTES as alegações apresentadas pelas razões que se seguem.

No que tange aos pedidos formulados pela empresa impugnante, considerando que, conforme a RDC nº 20 da ANFISA, de 26 de março de 2012, que altera a RDC nº 2, de 25 de janeiro de 2012, que torna necessária a exigência de profissional com nível superior e com registro em seu Conselho de classe para **realizar serviços de manutenção nos equipamentos de saúde**, entendemos serem pertinentes o pedido e a fundamentação alegada, pelos motivos que se seguem: (grifamos)

Segundo informações referentes ao serviço de fiscalização do CREA-PR, os Equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos devem ser submetidos à manutenção periódica para evitar funcionamento inadequado que coloque em risco a vida do paciente e a do operador.

Ações periódicas de aferição, calibração, manutenção e medição devem obedecer a normas e procedimentos previstos na legislação e ser realizadas por profissionais capacitados tecnicamente para a função.

A normalização, inspeção, certificação e fiscalização das características metrológicas desses equipamentos são responsabilidades do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), e a produção industrial deve ter registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios, a produção nacional do setor cresceu 72% em um período de seis anos, o que releva a importância da certificação desde a produção até a comercialização dos produtos. Atento a esse cenário, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (CREA-PR) mantém equipes de agentes fiscais atuando nesse mercado, principalmente no que se refere à habilitação dos profissionais que realizam a manutenção desses equipamentos.

A agente fiscal Roberta de Souza Moura Dias, do Departamento de Fiscalização (DEFIS) do CREA-PR, afirma que todo o equipamento eletroeletrônico, em especial aquele com aplicação odonto-médico-hospitalar, deve receber manutenção periódica. Conforme disposições da Câmara Especializada de Engenharia Elétrica (CEEE) do CREA-PR, “a engenharia reconhece a existência de desgastes naturais ou forçados dos diferentes materiais e a fundamental importância de manutenções, visando assegurar a precisão nas quantidades elétricas medidas com o uso de transdutores e circuitos elétricos”, afirma.

**A CEEE orienta que as atividades de projeto, fabricação, instalação, manutenção, calibração, aferição e ajustes desses equipamentos devem estar a cargo de pessoa física ou jurídica devidamente registrada no CREA, tendo como responsável técnico profissional da área da engenharia elétrica, além de serem submetidas a padrões determinados pelo Inmetro.** A periodicidade da manutenção desses produtos depende da frequência de utilização e das especificações técnicas do fabricante. **(grifamos)**

**Os profissionais aptos a realizar esse tipo de serviço, respeitando as limitações legais de suas respectivas formações e resoluções vigentes, são os engenheiros mecânicos-eletricistas, engenheiros eletricitas, além de engenheiros de operação, tecnólogos e técnicos das modalidades eletrotécnica, eletrônica ou manutenção em equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos.** (grifos nossos)

De acordo com o CREA-PR, **os equipamentos passíveis de fiscalização pelo DEFIS** são os utilizados em terapia, diagnóstico e monitoração, laboratórios e unidades de apoio, os que **utilizam radiações ionizantes** e equipamentos mistos e de múltiplas funções. (Também grifamos)

Ainda corroborando com nosso entendimento, veja excertos do quanto contido no bojo da Norma –NF – 12/92, de novembro de 1993, do CREA-ES, que trata do REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E APARELHOS ODONTOMEDICO-HOSPITALARES E ELETROELETRÔNICOS:

I – OBJETIVO : Esta norma tem como objetivo, fixar os critérios e parâmetros para o registro no CREA-ES e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, para as atividades de instalação, manutenção, assistência técnica e controle de qualidade de equipamentos odonto-médico-hospitalares e eletroeletrônicos.

3. Para efeito desta norma, os equipamentos ficam classificados em quatro grupos:

- a) 1º GRUPO: equipamentos usados em terapia e monitorização;
- b) 2º GRUPO: equipamentos usados em diagnósticos;
- c) 3º GRUPO: equipamentos usados em laboratórios e de apoio;
- d) 4º GRUPO: equipamentos que utilizam radiações ionizantes.**

6. As atividades do 4º Grupo serão objeto de norma específica;

## **V – DA DECISÃO**

Por força dos princípios basilares da legalidade e eficiência, não pode esta Autarquia deixar de agir em conformidade com as normas aplicáveis ao objeto desta licitação.

Diante do quanto acima exposto, smj, somos favoráveis ao DEFERIMENTO desta Impugnação, julgando procedentes as alegações da empresa impugnante.

Salvador (BA), 10 de dezembro de 2021.

Lúcio Roberto de Oliveira  
Pregoeiro do TRE-BA

À ASSESD, para ciência e deliberação.

Salvador (BA), 09 de junho de 2021.